

## LACUNAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS NA ESCOLA REGULAR DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Alini Cristina Cadorim Bonetti<sup>1</sup>

Rosa Gitana Krob Meneghetti<sup>2</sup>

### Resumo

Empreendeu-se esse estudo com o objetivo de compreender as principais necessidades dos profissionais da educação básica em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este artigo resulta de uma pesquisa realizada em 05 escolas municipais de São Lourenço do Oeste, onde foram entrevistados 18 professores que atendem alunos com necessidades educativas especiais, inclusos em suas salas de aula. O resultado da pesquisa indicou que as escolas sentem-se despreparadas para atender os alunos com dificuldades especiais. Observou-se através das respostas dos entrevistados falta de orientação, supervisão e formação específica para que a inclusão aconteça. Pode-se concluir que os professores da rede municipal estão angustiados e esperam uma reformulação do projeto de inclusão vigente para que seja possível um ensino de qualidade e respeito.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação Especial. Aprendizagem.

### ABSTRAT

It was undertaken this study in order to understand the main needs of professionals in primary education in relation to the inclusion of students with special needs in the regular school system, foreseen in the Law of Guidelines and Bases of National Education. This article results from a survey conducted in 05 public schools in São Lourenço West, where they were interviewed 18 teachers who serve students with special needs, included in their classrooms. The survey results indicated that schools feel unprepared to serve students with special difficulties. It was observed through the answers of respondents lack of guidance, supervision and training specific to the inclusion happen. It can be concluded that teachers in the municipal are distressed and expect a retirement effective inclusion project for a quality education and respect possible.

**Keywords:** Inclusion. Special education. Learning.

### Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo compreender as dificuldades encontradas pela Escola ao lidar com alunos com necessidades especiais no ensino regular, tendo em vista a falta de estrutura física e de pessoal, no sentido de capacitação dos profissionais da Educação.

---

1 Graduada em Pedagogia. FADEP – Faculdade de Pato Branco. Pato Branco Paraná, 2011. E pós-graduada em Psicopedagogia. UNIVALI, 2012. E-mail: alinicadorin@gmail.com

2 Doutora em Educação pela Unimep/SP. Professora da Faculdade de Ciências Humanas da Unimep/SP e participante dos Grupos de Pesquisa do CNPq Educação e Protestantismo, e Núcleo de Educação em Ciências. Email: [rogimene@unimep.br](mailto:rogimene@unimep.br)

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), no capítulo V, define a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais (art. 58), traz a oferta de educação especial como dever constitucional do Estado, além de prever currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos para o atendimento adequado aos alunos, e ainda salienta a necessidade de capacitação permanente de professores para a integração desses educandos nas classes regulares e no todo do ambiente escolar.

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na área Necessidades Educativas Especiais (1994, p. 17 - 18), traz a educação como direito de todos, destaca a aceitação das diferenças, o apoio à aprendizagem, o respeito aos níveis de aprendizagem e ainda a construção de ensino aprendizagem com eficácia no convívio. O Documento ainda declara: que *“as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”*.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais somam-se a essas propostas, trazendo a inclusão como gradual, interativa, cultural, e afirmando a superação da concepção médico-psico-pedagógica ainda vigente e propondo a adaptação do espaço escolar ao aluno e não do aluno ao espaço escolar.

Todo esse processo não é facilmente alcançado, pois exige uma série de medidas gradativas para a reformulação do ensino, que deve começar pelos currículos das escolas, pelos métodos e estratégias utilizados e ir muito além.

A pergunta fundamental que norteia essa pesquisa é se os profissionais da educação se sentem capacitados para promover a inclusão efetiva dos alunos com necessidades especiais nas classes regulares, e também se eles percebem que na gestão do processo escolar existe essa capacitação e se o município tem investido nos elementos materiais e de formações docentes necessários para a realização do trabalho.

## **1 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE**

O município conta com um Plano de Educação que vem passando por reformulações na atual gestão e traz um capítulo específico sobre a inserção de

alunos com necessidade especiais nas classes de ensino regular.

A equipe responsável pela elaboração desse plano reuniu os professores, em dia de estudo, dispensando as aulas, para que os professores tivessem conhecimento do Plano e auxiliassem com sugestões e revisões sobre as necessidades específicas da atual demanda no município.

Com isso, percebeu-se a necessidade de se pensar em rede, ou seja, de resgatar o conceito de rede que:

“(…) significa conceber a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulneráveis ou em situação de risco pessoal.” (MANTOAN, 1997 p. 55).

Para tanto, todas as forças da comunidade devem participar da discussão e não apenas, gestores, líderes; também Conselheiros Tutelares, psicólogos, Promotoria da Infância e Juventude, e os profissionais da educação que estão diariamente no cotidiano da escola, juntos, precisam interferir reformulando as propostas educacionais municipais para uma melhor garantia de ensino e aprendizagem de todos.

Paulo Freire (1996, P. 98) corrobora afirmando: “Minha presença de professor, que não pode passar despercebida aos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma *omissão*, mas um sujeito de *opções* [...]”.

Conforme Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 14)

Boff afirma que é preciso sensibilizar os envolvidos para contribuir com ações significativas que possibilitem aprofundar, ampliar e dignificar o trabalho de corresponsáveis pela educação dos alunos.

Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo, e de desvelo. Representa uma atitude de

ocupação, de preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. (Boff, 1999)

É preciso, sem sombra de dúvidas, vínculo entre currículo, escola e rede de proteção social para conhecer e circunstanciar uma compreensão do meio em que estão inseridos os alunos com necessidades especiais de modo que seja possível desenvolver apoio para a promoção do bem-estar e da segurança, garantindo assim, uma educação que promova o respeito e a inclusão como responsabilidade de todos.

Para compreender, na prática, se os professores se sentem capacitados para o trabalho junto aos alunos com necessidades educativas especiais, foi aplicado a 18 professores da Rede Municipal de Ensino de São Lourenço, um questionário com perguntas abertas que auxiliarão na melhor compreensão da realidade do município.

## **MÉTODO**

O município de São Lourenço do Oeste consta com 09 Escolas Básicas Municipais e 03 Centros Municipais de Educação Infantil. Para a coleta de dados, serviu de instrumento um questionário com questões abertas.

Os professores da rede que estão com alunos inclusos em sala foram convidados aleatoriamente para responder o questionário e, dos 25 questionários entregues, 18 professores da rede aceitaram responder. Considerando a adesão e o vínculo dos professores, 05 escolas serviram de base para essa pesquisa.

Inicialmente, buscou-se saber quais as dificuldades enfrentadas, relativas ao processo de inclusão de alunos com dificuldades educativas especiais. A análise das respostas denota que há uma falta de infraestrutura física nas escolas pesquisadas e os professores sentem-se despreparados profissionalmente para atenderem à demanda, como se percebe nas respostas abaixo:

- Não tive formação específica (...) e as estagiárias que o município oferece são estudantes iniciantes de cursos de ensino superior elas também não tem formação especializada. (RESPONDENTE 14)
- Não há rampas de acesso, faltam banheiros com trocadores, meu aluno usa fralda e não controla os esfíncteres. (RESPONDENTE 11)
- Nossa escola não é adaptada, tem escadas e degraus por todos os lados, o que dificulta a locomoção dos alunos inclusos. (RESPONDENTE

10)

- Não recebemos orientação para o trabalho com essas crianças. (RESPONDENTE 4)
- Não têm nas escolas equipamentos pedagógicos específicos para realizar um trabalho direcionado e que realmente auxilie esses alunos. (RESPONDENTE 17). (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Através das respostas registradas, é inevitável a percepção da fragilidade da inclusão no Município de São Lourenço do Oeste, visto que a Educação inclusiva implica na adaptação do ensino às diferenças e às necessidades individuais dos educandos.

A falta de recursos metodológicos, somada a uma infraestrutura vigente inadequada nos estabelecimentos escolares pesquisados, limita a inclusão e dificulta o trabalho dos professores e, conseqüentemente, o aprendizado dos alunos.

A ausência de formação especializada dos professores e dos estagiários que atualmente acompanham esses alunos em sala implica que a tarefa escolar se resume apenas ao “cuidar”, não atingindo a etapa do “educar”, conforme orientam a Declaração de Salamanca e as outras diversas legislações.

Vale destacar, porém, que a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger, necessariamente, programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente. Os depoimentos dos professores demonstram a necessidade de uma formação continuada:

- Compreender as necessidades dos alunos, tanto preparo profissional como emocional está faltando. (RESPONDENTE 14)
- Se os professores souberem como trabalhar a aceitação dos alunos será mais fácil e haverá menos preconceito. (RESPONDENTE 17)
- Como atender um aluno individualmente e deixar os outros 29? (RESPONDENTE 2)
- Muitas vezes a teoria e a prática se chocam, como trabalhar para que seu aluno não se sinta “diferente?” (RESPONDENTE 6)
- E a insegurança? É preciso aprimorar a didática em sala. (RESPONDENTE 7).
- Como lidar com a família? Precisamos de apoio familiar. (RESPONDENTE 9). (DADOS DA PESQUISA, 2015).

As necessidades apontadas indicam que o professor precisa ser auxiliado no processo de inclusão. Por estar a maior parte do tempo atuando junto aos alunos, o docente não pode trabalhar isoladamente. É por esse motivo que os educadores destacaram, em diferentes níveis, o caráter imprescindível do apoio de profissionais

especializados, da família e de toda a comunidade.

Quando se buscou saber o que falta na Rede Municipal de Educação para que se efetive a inclusão desses alunos de forma digna, tanto na escola como em sala de aula, as respostas se dividiram em curto e longo prazo.

Em curto prazo os respondentes mencionaram:

- Acessibilidade. (RESPONDENTE 13)
- Materiais específicos que auxiliem cada deficiência específica. (RESPONDENTE 13).
- Cursos de capacitação urgente, do jeito que estamos agindo estamos excluindo esses alunos. (RESPONDENTE 13)
- Olhar diferenciado do professor, para inclusão e para o aluno em questão. (RESPONDENTE 12)
- Carinho, atenção e amor dos profissionais envolvidos no aprendizado dos alunos. (RESPONDENTE 11)
- Assistência de uma equipe multiprofissional capacitada e habilitada. (RESPONDENTE 8)
- Diagnóstico individual do aluno atendido, para que os professores conheçam melhor a realidade do aluno incluso. (RESPONDENTE 8)
- Aquisição de materiais de estimulação variados. (RESPONDENTE 1)
- Profissionais contratados com especialização para ficar como segundo professor e não estagiários. (RESPONDENTE 5)
- Incluir não fazê-lo sentir cuidado, humilhado ou ficar sentado 4 horas em sala, ocioso. (RESPONDENTE 18). (DADOS DA PESQUISA, 2015).

É notória a angústia dos profissionais que estão em sala de aula, pois a inclusão na forma que vem acontecendo, está longe de atender ao desejado e foge dos princípios estabelecidos pela Declaração de Salamanca (1994) recomendando que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos.

A coleta de dados confirma, portanto, que a inclusão escolar vem se efetivando de forma inadequada revelando o pouco interesse e o pequeno investimento neste processo. É fundamental não simplificar o complexo, achar que incluir significa apenas mudar o aluno de endereço, ou seja, sair da escola especial ou classe especial e ir para a escola comum ou classe comum do ensino regular. Como a pesquisa demonstra, são muitos os fatores envolvidos, os quais sem dúvida estão sendo desconsiderados ao se efetivar a inclusão escolar.

Acredita-se que incluir alunos especiais na classe comum do ensino regular seja viável, desde que se tenha presente a complexidade de tal processo, o que requer, por exemplo, a citação do respondente 8, que compartilha a necessidade do aluno apresentar um laudo médico da deficiência genética ou adquirida, para que com o apoio de uma rede multifuncional, como sugere o mesmo respondente, os

professores sejam informados e preparados para saber como trabalhar com as especificidades de cada caso.

A longo prazo sugerem os professores que atuam com alunos com dificuldades educativas especiais, será necessário:

- Uma proposta coletiva e institucionalizada, mais clara e incisiva, para auxiliar os alunos e professores nesse processo. (RESPONDENTE 9)
- Aquisição de materiais específicos para cada dificuldade de acordo com a orientação médica, elaborada e prescrita por um laudo médico (RESPONDENTE 5)
- Adaptar uma escola da Rede Municipal de Educação em todos esses aspectos, para que nela sejam contratados professores especialistas e segundo professores habilitados para que realmente os alunos ali sejam atendidos de forma digna (RESPONDENTE 10), e cuja estrutura maior possa servir de pólo orientador para as demais escolas do Município.
- Orientação e avaliação constante oferecida por profissionais de uma equipe multifuncional específica para esse fim. (RESPONDENTE 4)
- Conscientização da equipe escolar e comunidade sobre a inclusão, mobilidade e Educação Especial integrada ao Ensino Regular. (RESPONDENTE 2). (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Sabe-se que o Plano de Educação Municipal está passando por uma reformulação, porém como indaga o respondente 9, é preciso clareza no processo de inclusão nas escolas e papel dos professores, tanto dos titulares quanto dos segundos professores que acompanham o aluno incluso.

Já temos uma escola Estadual em nosso Município que atende alunos com necessidades educativas especiais, mas ainda se fazem necessários muitos investimentos e comprometimento dos órgãos governamentais (recursos orçamentários) e igualmente muitos estudos e pesquisas para poder ampliar o conhecimento sobre a questão, e ainda desenvolver e testar formas que viabilizem a verdadeira inclusão escolar.

Por fim, a longo prazo seria ideal que a Secretaria de Educação do Município constituísse uma equipe multifuncional formada por psicólogos, psicopedagogos, neurologistas, fonoaudiólogos, intérpretes de Libras, enfim, que tivesse uma equipe de profissionais especializados para atender os encaminhamentos das escolas, além de oferecer suporte aos gestores e professores que recebem alunos com necessidades educativas especiais para poder assim trabalhar de forma conjunta e com o devido respeito aos alunos, cada um na sua especificidade.

## **CONCLUSÃO**

Este estudo apresentou alguns dados que permitiram uma reflexão sobre os aspectos que têm permeado a Inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino, no município de São Lourenço do Oeste.

Pode-se concluir que para que a Educação Inclusiva realmente se efetive é preciso repensar a prática pedagógica tornando-a coletiva, mais dinâmica, integral e flexível.

Através dos apontamentos dos professores que vivem o cotidiano na escola ficou evidente a necessidade de mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, também no atendimento aos alunos e principalmente na formação e capacitação dos professores.

O desafio da escola regular hoje é conferir ingresso e permanência a qualquer tipo de aluno, oferecendo a ele respostas educativas de qualidade. (BRASIL, 1997)

Pensar numa sociedade para todos, onde a diversidade humana seja respeitada é concretizar a realização da sociedade inclusiva, onde a educação é quem pode fazer a mediação desse processo.

A capacitação continuada embasada em conhecimentos sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva contribuirá para uma identificação precoce da dificuldade a ser atendida, da avaliação, estimulação e até mesmo adaptação da proposta curricular vigente.

Para Nóvoa (1991, p. 15) “práticas de formação individual favorecem o isolamento, já as práticas com dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de saberes e valores”.

Não adianta admitir o acesso a todas as escolas, sem garantir um ensino de qualidade e de prosseguimento. Incluir não pode ser apenas socializar o aluno, mas principalmente oferecer a ele e a sua família apoio e um tratamento digno transformando esses alunos especiais em cidadãos que consigam viver e aprender de maneira digna.

Um olhar diferente e a percepção de que cada aluno tem seu tempo e forma diferente de aprender são fundamentos que precisam estar claros na proposta educacional, pois uma formação integral faz a diferença dentro das escolas que estiverem realmente preparadas a ensinar dentro da perspectiva da inclusão.

Nóvoa (1991, p. 25) corrobora quando afirma que “A formação não se constrói por acumulação de cursos, mas sim através de um trabalho de refletividade crítica



sobre as práticas e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal”. A formação dos professores precisa estar pautada em conhecimentos unificados que insiram o professor na experiência, na inovação e no ensaio de novos métodos de trabalho pedagógico.

Segundo os depoimentos dos professores que foram a base desse estudo acredita-se que é indispensável repensar os paradigmas que ainda fazem parte do processo de formação e inclusão no município de São Lourenço do Oeste. A infraestrutura, novos equipamentos, materiais e a contratação de profissionais capacitados são investimentos necessários e urgentes para que a inclusão realmente aconteça e conseqüentemente assim, as lacunas sejam superadas podendo a rede educacional desse município servir de exemplo para outras escolas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**: Resolução nº 04/2010-CNE/CEB, de 13/07/2010, Brasília, DF, 2010.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 05/05/2014.

BRASIL, Lei nº 8.069, DE 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em; [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm). Acesso em 06/05/2014.

BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Brasília: Letraviva, 1999.

\_\_\_\_\_, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades especiais educativas**. Brasília: CORDE, 1997.

\_\_\_\_\_, **Plano Municipal de Educação de São Lourenço do Oeste.** Santa Catarina: 2005.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Legislação comentada para pessoas portadoras de deficiência e sociedade civil organizada.** Brasília: 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M.T.E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.

NÓVOA. A. **Formação contínua de professores: realidades e perspectivas.** Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.